



5º Simposio de Ensino de Graduação

O CORPO DOS CONDENADOS NA PERSPECTIVA ÉTICA

Autor(es)

JOSÉ DE ASSIS MORAES JÚNIOR

Orientador(es)

Nelson Vicente Júnior

1. Introdução

A análise das estruturas prisionais, dos elementos constitutivos de seu funcionamento prático e psíquico, e a investigação a respeito da historicidade da emergência de um tipo específico de sujeito que as novas tecnologias de poder fomentaram, sobretudo no final do século XVIII e início do século XIX, no interior das instituições penitenciárias, circunscrevem os arredores da urgência do presente trabalho, cuja relevância se inscreve como retomada dos escritos de Michel Foucault, eminente pensador francês do século passado, e mais especificamente dos escritos que agrupam a primeira parte do texto *Vigiar e Punir*, escrito em 1977. O fato a que Foucault faz referência como inaugurador de toda a problemática lançada ao livro é inferir que estado de coisas conduziram, inicialmente, ao desaparecimento do corpo supliciado, do corpo como alvo principal da repressão penal, ao desaparecimento, sobretudo, do ato cênico, do teatro horroroso do suplício e que resultantes proliferaram da análise histórica e política deste acontecimento.

2. Objetivos

A proposta do presente trabalho consiste em investigar as questões éticas aludidas no livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, escrito de 1977, e mais especificamente no capítulo intitulado *O corpo dos condenados*, capítulo propedêutico da primeira parte do livro. Para uma tal investigação, nos assentaremos também nas questões fundamentais encontradas na aula que Michel Foucault ministrara em 29 de Janeiro de 1975. A fim de compreender a investigação foucaultiana de todo um processo histórico-social que fez rebentar um novo tipo de sujeito é que se pretende analisar a mudança nas práticas de disciplina e correção no interior do sistema carcerário. Germe da atual economia penitenciária, tais mudanças apontam a fremente urgência de sua reflexão, na medida em que esse movimento produz uma reestruturação definitiva da prática corretiva que se arvora nos últimos anos. A tese foucaultiana fundamental a que nos dedicaremos com maior ânimo trata-se de compreender, sob o ponto de vista ético, que elementos subsidiaram a redistribuição de toda uma economia do castigo, instaurando uma nova era para a justiça penal na Europa do final do século XVIII e início do século XIX, época em que aparecem, por exemplo, inúmeros projetos de reforma, novas teorias da lei e do crime, uma nova justificação moral e política do direito de punir, a abolição

das antigas ordenanças, supressão dos costumes e projetos ou redação de códigos modernos.

3. Desenvolvimento

O desenvolvimento do presente trabalho se deu com a leitura do primeiro capítulo da primeira parte do texto Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão, intitulado O Corpo dos Condenados e com sua socialização em sala de aula quando da disciplina Política, ministrada pelo Prof. Nelson Vicente Júnior, no curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Metodista de Piracicaba.

4. Resultados

As afirmações de que permanece, por conseguinte, um fundo “supliciante” nos modernos mecanismos da justiça criminal e que, não obstante o caráter espetacular do suplício tenha sido definitivamente abolido em um processo que perdurou entre 1760 a 1840, alguns castigos como trabalho forçado ou prisão nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra (Foucault, 1987, p. 18), perpassam todo o primeiro capítulo do texto foucaultiano sob a insígnia de constatação de que nas prisões, no sistema penitenciário moderno, ainda se efetiva um tipo de suplício referente ao corpo e sua materialidade. Como lembra Foucault, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico (Foucault, 1987, p. 18). A partir desta premissa fundamental, uma pergunta se mostra irrecusável: se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? (Foucault, 1987, p. 18). A resposta, cuja afirmação se arvora espantosamente categórica, advoga, como lugar-comum das exigências disciplinares e corretivas, no atual sistema penitenciário, não mais o antigo corpo sentenciado no ritual do suplício, o corpo ferido na intensidade proporcional ao crime, mas a alma, o coração, intelecto, vontade e disposições. Dá-se aqui, portanto, uma mudança no objetivo da punição e o aparecimento de uma nova realidade, a realidade incorpórea; ou seja, o crime em sua materialidade deixa de ser o único elemento passível de julgamento. Entra em cena uma gama de outros elementos incorpóreos, próprios do julgamento: as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, as perversões, os impulsos, os desejos. Estes são, na verdade, os elementos por trás da causa do crime, medidas que qualificam, sobretudo, o tipo de indivíduo que será julgado. O centro das querelas a respeito da justiça agora está sob novo foco. Nos termos de Michel Foucault, é preciso inferir respostas às questões de como o exercício do poder de punir os crimes necessitou, num momento dado, se referir à natureza do criminoso? Como a demarcação entre atos lícitos e ilícitos foi obrigada a ser dobrada, a partir de um momento dado, por uma distribuição dos indivíduos em indivíduos normais e indivíduos anormais? (Foucault, 2001, p. 107). As respostas a tais questões ele mesmo as expõe de maneira muito hipotética e esparsa. No entanto, segundo ele, poderíamos compreender a mudança das proposições a respeito do crime e do criminoso, de seu caráter específico, de sua natureza, nos seguintes termos: o que a Revolução Burguesa do século XVIII engendrou, sobretudo nas formas jurídicas, foi a invenção de uma nova tecnologia do poder, cujas peças essenciais são a disciplina (Foucault, 2001, p. 109) e não somente a mera conquista dos aparelhos de Estado que a monarquia absoluta, pouco a pouco, confeccionou. Como consequência, afirma Foucault, o século XVIII encontrou mecanismos de poder que podiam se exercer sem lacunas e penetrar o corpo social em sua totalidade (Foucault, 2001, p. 108). O que ocorre, portanto, agora, é a majoração do poder, segundo uma nova economia dos mecanismos do poder. O que se estabelece como questão fundamental, a partir do século XVIII, são os efeitos do poder e sua continuidade, ou seja, o poder não se exerce mais num determinado tempo específico, como era o caso do ritual da execução do suplício, mas sim a todo o tempo e ininterrupto, numa rede de vigilância tão densa, que o crime, em princípio, não poderá escapar (Foucault, 2001, p. 109). O elemento primordial que se prolonga na justiça penal consiste, agora, na manutenção de uma certa disciplina. É, portanto, na esteira dessa nova economia da punição que o século XVIII rebentou que vemos emergir um personagem agora freqüente das tramas jurídicas, o monstro. Há, mais acessível agora, um tipo de saber na base do direito penal quando da revolução burguesa. Como afirma Foucault, é nesse horizonte que vemos surgir, pela primeira vez, a questão da natureza patológica da criminalidade (Foucault, 2001, p. 113). A análise do crime agora perpassa a questão a respeito da natureza do crime, ou

ainda, na natureza do interesse do crime. A ação do crime sempre será investigada. Contudo, neste momento, ela só é aludida na medida em que explica o elemento natural imanente ao crime. O sujeito passa a ter validade, agora, a partir da relação que ele estabelece com o crime, com o interesse do crime e da desatenção quanto à possibilidade da exposição pública que o crime acarreta, e do conseqüente castigo. O que se investiga, ainda mais que o crime em si mesmo, em sua materialidade, são os aspectos psicológicos do crime e do criminoso. O que veremos despontar no final do século XVIII, diferente do que constatávamos como tradição na Idade Média e no direito romano, onde a reincidência dos crimes representava uma doença social, é a caracterização do indivíduo criminoso como doente. O laudo psiquiátrico, portanto, fruto imberbe da modernidade, introduz as infrações no campo dos objetos susceptíveis a um conhecimento científico. A “verdade” do crime, a sua materialidade efetiva, abre espaços onde surgirão umas centenas de dispositivos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos, concernentes ao indivíduo criminoso. Neste sentido, são introduzidos no processo jurídico elementos estranhos: pequenas justiças e juízes paralelos – peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação da pena, os executores, educadores, funcionários da administração penitenciária. Estes, imbricados numa complexa relação de saber-poder, determinarão o julgamento e a punição, adequando-os ao indivíduo, segundo um receituário que possui um tácito estatuto de verdade. Foucault a fim de reorientar as diretrizes da investigação pretendida em *Vigiar e Punir* supõe-nos quatro questões importantes. Em primeiro, entender a punição como função social complexa; em segundo, compreender o castigo na perspectiva de tática política; terceiro, verificar se não há um matriz comum donde rebenta tanto o Direito Penal quanto as Ciências Humanas e, finalmente, compreender como o conceito histórico de alma da justiça penal significa, sobretudo, uma nova maneira do próprio corpo ser inserido nas relações de poder. Foucault afirma que os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa economia política do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de sua forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (Foucault, 1987, p.25). Devemos, segundo Foucault, compreender que o corpo está mergulhado num campo político. E é como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação. O corpo submisso, neste sentido, está intimamente ligado ao corpo produtivo. A sujeição do corpo pode ser da ordem física, violenta, ideológica. Contudo, relacionada na sua especificidade também ao saber. O investimento político do corpo é, para Foucault, um elemento da microfísica do poder que se caracteriza como uma não-propriedade, mas uma estratégia; uma não-apropriação, mas uma disposição, manobra, tática, técnica, funcionamento. As relações de poder são mais uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, uma batalha perpétua, do que o contrato ou a conquista definitiva (que estancam). O poder se exerce, afirma Foucault, diferindo da posse, da propriedade. Há uma relação de efeito entre o que domina, o dominante, e o que é dominado. E esse efeito é recíproco quando da sublevação do dominado. As relações de poder não são unívocas, comportando sempre inúmeros focos de luta.

5. Considerações Finais

A análise, sob a perspectiva ética, do lugar do corpo nas práticas de disciplina e correção, sobretudo quando se trata de uma análise referente a um tempo e espaço específicos, resultam numa sempre nova necessidade de distanciamento teórico e de uma ainda mais necessária interlocução que um tal estudo poderia oferecer quando do pensamento a respeito de uma realidade diferente daquela encontrada na França e no período histórico investigado por Foucault, como é o caso das instituições prisionais brasileiras. Vale ressaltar, contudo, a exigência da releitura dos textos foucaultianos, ainda mais quando nos aproximamos da possibilidade de uma reforma na economia do direito penal brasileiro, que discute as questões a respeito da redução da maioria penal e da reestruturação institucional e funcional das casas destinadas aos jovens infratores.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Aula de 29 de Janeiro d 1975. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.